

DÍVIDA EXTERNA

Governo tenta explicar déficit público ao FMI

BEATRIZ ABREU

André Dusek/AE — 7/5/92

BRASÍLIA — O governo federal não conteve seus gastos e foi o maior responsável pelo déficit público no primeiro semestre. Os Estados e municípios e as estatais, que seguiram as orientações de corte de despesas, garantiram o cumprimento da meta de limitar o déficit operacional (que exclui o efeito da inflação nas contas públicas) em Cr\$ 11,4 trilhões no período de janeiro a junho, como ficou acertado com o Fundo Monetário Internacional.

Os resultados foram divulgados ontem pelo secretário de Planejamento, Pedro Parente, que reafirmou a execução do programa econômico aprovado pelo FMI, porque apenas a meta de déficit público nominal não foi cumprida, por causa da aceleração da inflação. Embora não seja meta, também não foi alcançada, por uma margem de Cr\$ 570 bilhões, o superávit primário (receita menos despesas) de Cr\$ 14,8 trilhões.

O governo se comprometeu com o FMI a conter o déficit nominal em Cr\$ 120 trilhões. Ao final do semestre, porém, acabou necessitando de Cr\$ 170,9 trilhões para financiar suas despesas, com um estouro de Cr\$ 50,9 trilhões. Uma missão técnica seguiu ontem mesmo para Washington para levar os resultados ao FMI e restabelecer uma discussão que poderá definir números mais favoráveis às contas públicas brasileiras.

O coordenador da área fiscal, Fábio Barbosa, e o chefe do Departamento Econômico do Ban-

**Pedro Parente**

Meta não cumprida por causa da inflação

co Central, Carlos Eduardo de Freitas, tentarão convencer os técnicos do FMI da mudança de análise para os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O FMI, ao contrário do governo brasileiro, entende que os recursos do FAT, por serem repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Ministério do Trabalho, são despesas realizadas. Prevalecendo o conceito do FMI o déficit nominal é de Cr\$ 50,9 trilhões. Caso os técnicos aceitem a mudança de critério, o estouro cai para Cr\$ 35,7 trilhões e o governo eleva de Cr\$ 14,23 trilhões para Cr\$ 15,6 trilhões o superávit primário.